

PROBLEMATIZANDO OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOBRE AS MULHERES E AS CRIANÇAS PEQUENAS

Eixo Temático 33 - Sobre as Múltiplas Violências contra Mulheres e o Feminicídio: Políticas Públicas de Prevenção e Enfrentamento

Ana Paula Pereira Gomes Gibim ¹
Daniela Finco ²

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre o complexo fenômeno social da violência contra a mulher, a qual meninas e meninos trazem para o cotidiano da instituição de Educação Infantil por meio de suas diversas linguagens. Aborda a violência de gênero e os valores do patriarcado, questionando o papel da instituição educacional frente à escuta daquilo que as crianças nos comunicam. A partir de entrevistas com 6 profissionais da rede de apoio às mulheres e crianças vítimas de violência, e com base nas Teorias Feministas, Estudos de Gênero e Estudos Sociais da Infância, problematiza como a violência testemunhal se reflete na vida das crianças. Traz subsídios para pensar as Políticas Públicas, frente à uma conjuntura sociopolítica que dissemina um discurso que tenta silenciar o debate de gênero.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência contra Mulher; Violência testemunhal; Crianças

INTRODUÇÃO

Este trabalho, que tem como base uma pesquisa de doutorado em andamento, aborda a problemática da violência doméstica que permeia a vida das mulheres e crianças, enfatizando a necessidade de problematizar a ideologia da família, com seus

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, ana.pereira@unifesp.br

² Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP dfinco@unifesp.br

discursos patriarcais paternalistas, que não as protegem. Apresenta reflexões acerca da violência doméstica contra mulheres, atrelada ao contexto da educação infantil, buscando evidenciar a cultura de violência de gênero e sua relação com a violência contra mulheres e crianças.

Esta discussão torna-se ainda mais pertinente quando nos atentamos para o atual contexto brasileiro em que os números revelam o aumento significativo da violência contra a mulher (GOBBI, 2020; FINCO, 2021). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) nos revela que o isolamento durante a pandemia da COVID-19 gerou ainda uma maior vulnerabilidade e situações de violência, pois as vítimas permaneceram junto aos seus agressores sem acesso às redes de apoio, o que dificultou as denúncias e intervenções externas para a interrupção da situação de violência.

Além disso, é preciso considerar as forças políticas que apontam para o discurso da “ideologia de gênero”, impondo à escola o desafio de construir novos posicionamentos em torno do enfrentamento da violência contra a mulher, diante de setores fundamentalistas reacionários que obtiveram sucesso na cruzada antigênero para proibir a inclusão do debate contra as desigualdades e violências na escola. (VIÉGAS e GOLDSTEIN, 2017; LEITE, 2019).

Para problematizar tal contexto e para problematizar a violência presenciada pela criança dentro de casa no contexto das relações sociais envolvendo a violência doméstica contra a mulher, este trabalho apresenta algumas ideias centrais ligadas à violência testemunhal (AZEVEDO e GUERRA, 1995; FAERMANN E SILVA, 2014) ou assistida na infância (BUCCOLIERO e SOAVI, 2018) e a partir dos referenciais teóricos de Gênero e Feministas, e dos Estudos Sociais da Infância, busca evidenciar a participação das crianças neste fenômeno tão antigo, porém tão emergente em nossa contemporaneidade.

METODOLOGIA

O recorte metodológico deste trabalho envolve o levantamento e a revisão bibliográfica acerca das temáticas: violência contra mulheres, violência contra crianças e cidadania infantil, a partir dos aportes da Estudos Sociais da Infância e das Teorias Feministas e de Gênero. Traz o resultado do diálogo através de entrevistas com 6

profissionais da rede de apoio às mulheres e crianças vítimas de violência (Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV -, Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM -, Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem - NAAPA), além de profissionais que atuam na Educação Infantil, buscando evidenciar o funcionamento e o papel da Educação Infantil dentro desta rede. Busca-se compreender as relações de poder que marcam a participação social de ambos atores na sociedade, situando que a posição periférica de ambos sujeitos pode ser explicada como uma consequência de uma proximidade física e simbólica entre mulher e criança (MARCHI, 2011; GIBIM, 2017). As análises buscam o esforço científico e social para dar visibilidade às vozes das mulheres e crianças, decorre de um longo processo de luta pelo direito a reconhecimento enquanto sujeitos participantes da construção histórica e de campos específicos de estudos que evidenciam as relações de opressão e desigualdade que marcam os relacionamentos envolvendo estes sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pesquisas apontam para diversos estudos que tratam da violência contra as mulheres, porém ainda sem interseccionar com a violência contra a criança pequena. A escassez de pesquisas nos oferece indícios para pensar o quanto esta problemática ainda precisa ser inserida em sua pauta de discussões das pesquisas.

Trazemos portanto a perspectiva teórica dos Estudos de Gênero e Feministas como foco de discussão, com autoras e autores que adentram a temática do patriarcado, das relações desiguais e violências de gênero. (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2011). E propomos um olhar a partir da perspectiva da Estudos Sociais da Infância (SOARES e TOMÁS, 2004; MARCHI, 2011) para evidenciar a condição da criança nestas circunstâncias, advogando a necessidade de efetivação de um status social a estas que possibilite a visibilidade de sua participação na sociedade para a garantia de seus direitos.

O cruzamento dos referenciais teóricos, revelam tal como a mulher, a criança sofre com a marginalização social decorrente de uma sociedade organizada a partir de valores patriarcais de gênero os quais relegam a ambas o lugar de subalternas. As análises apontam para a resistência de reconhecimento dos estudos epistemológicos da infância como categoria autônoma, que é semelhante à mesma enfrentada pelos estudos

feministas há tempos atrás. A criança foi por muito tempo pensada a partir da noção de uma não sujeito, um vir-a-ser, em decorrência de sua imaturidade biológica ligada a ideia de incapacidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das entrevistas revelam alguns desafios a serem enfrentados, a necessidade da discussão sobre a relação do patriarcado com a violência na vida das mulheres e crianças. Apontam para a necessidade da revisão da concepção de criança e infância, envolvendo a compreensão acerca da condição da criança na situação de violência doméstica contra mulher. Traz à tona o conceito de violência testemunhal ou assistida na infância, apontando para a necessidade da escuta das vivências e compreensões das crianças.

Apresentam também as representações dos sujeitos que trabalham para o combate e prevenção à violência, entrelaçando as possibilidades e os desafios encontrados pelas Instituições de Educação Infantil. Contribuem trazendo subsídios para a construção de políticas públicas promotoras da justiça e igualdade social, visando o bem estar de mulheres e crianças na sociedade brasileira.

1. Sobre o patriarcado e a violência

Gênero pode ser compreendido como um conceito analítico através do qual as sociedades se organizam, tendo por base as diferenças percebidas entre os sexos, portanto, um elemento constitutivo das relações sociais e uma forma primária de significar as relações de poder. O gênero se torna uma maneira de indicar construções sociais impostas a corpos sexuados (SCOTT, 1995) revelando a estrutura, a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social em nossa sociedade, baseada em valores patriarcais.

O patriarcado, por se organizar dentro da lógica de gênero, imprime suas marcas nos relacionamentos e personalidades, engendrando os corpos, marcando-os com violência e dominação que se sustentam através da cultura e das instituições patriarcais (SCOTT, 1995). A família patriarcal torna-se então para este sistema, uma forma privilegiada, legitimada e institucionalizada de manutenção dos seus valores. Não é a toa que a violência doméstica torna-se um tabu em nossa sociedade por justamente

desvelar a farsa desta organização “sagrada” e intocável, desnudando seus segredos mais obscuros, uma espécie de camuflagem que não permite ao patriarca ficar exposto (CASTELLS, 1999).

O patriarcado surge da interação de uma variedade de forças que implicou em mudanças complexas na estrutura de parentesco, e que trouxeram grandes consequências para a vida das mulheres e das crianças. É possível compreender a lógica do sistema patriarcal enquanto fenômeno datado historicamente a partir da instauração de sistema de privação, opressão e subordinação da mulher por meio da família patriarcal, unidade básica de manutenção, organização e difusão dos valores patriarcais.

Assim, em nossa sociedade patriarcal os homens desfrutam de poder para determinar as condutas, recebendo autorização ou tolerância, para punir aquelas que forem desviantes do sistema patriarcal e manutenção do seu projeto de dominação-exploração e conseqüentemente a garantia da continuidade de seus privilégios, demandam auxílio e uso da violência. (SAFFIOTI, 2011). Fatores que são basilares contribuem decisivamente para a perpetuação deste fenômeno: a cultura transgressora dos direitos das crianças; o protótipo de família enquanto instituição patriarcal e a obrigação da procriação; cultura da violência como recurso pedagógico ou solução de conflitos (AZEVEDO E GUERRA, 1995).

2. Sobre a violência testemunhal na infância

Buscamos problematizar aqui a (in)visibilidade da criança na situação de violência doméstica conjugal contra mulher, propondo olhar para esta também como vítima da violência testemunhal ou assistida no âmbito das relações intrafamiliares. Tal como a mulher, a criança sofre com a marginalização social decorrente de uma sociedade organizada a partir de valores patriarcais de gênero os quais relegam a ambas o lugar de subalternas. O olhar a partir da perspectiva dos Estudos Sociais da Infância nos ajuda a evidenciar a condição social da criança nestas circunstâncias.

A partir da ideia de violência testemunhal (FAERMANN E SILVA, 2014), podemos explicitar de que forma a violência doméstica contra a mulher impacta a vida das crianças, demonstrando como o envolvimento direto ou indireto das crianças na violência doméstica impacta negativamente suas vidas. O conceito de violência testemunhal está relacionado àquela que a criança presencia na unidade doméstica; trata-se de uma violência doméstica dual, pois é contra a mulher e ao mesmo tempo

contra a criança. Considera que discussão em torno do tema violência doméstica conjugal contra a mulher precisa, portanto, ser ampliada para a considerar a violência que também acomete crianças

A convivência com situações de violência no ambiente doméstico fragiliza as identidades dos que delas participam, interfere no seu desenvolvimento social e altera seus comportamentos. Ao testemunhar violência doméstica conjugal, a criança também sofre violência no âmbito psicológico, que pode se assemelhar ao mesmo impacto da violência física contra a criança, repercutindo em sua história, identidade e memória.

A instauração de uma cultura que promova os direitos das crianças passa pela compreensão desta enquanto sujeito histórico e político. Uma vez que não se percebe a criança enquanto co-construtora da história e da cultura num papel social ativo, a compreensão de seus direitos recai sobre a representação patriarcal e paternalista em que seus direitos estão atrelados ao da família. A partir desta compreensão paternalista, são advogadas a proteção e a provisão desconsiderando a participação da criança. A violência, neste contexto, se torna uma consequência à falta de reflexão acerca do papel parental imposto socialmente, reverberando em negligência e abuso em relação à criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática de invisibilização da criança no contexto de violência contra a mulher tem ganhado força nos últimos anos, porém são poucas as ações efetivas para a ruptura e combate do ponto de vista das políticas públicas brasileiras. Compreender o contexto de violência doméstica contra a mulher como uma cultura que permeia as relações sociais brasileiras, pode ser o primeiro passo para romper com esta lógica de dominação-exploração, possibilitando a construção de estratégias de luta, resistência e desconstrução de valores ligados à sua manutenção.

Apontar as complexidades da violência contra as mulheres, que muitas vezes também envolvem seus/suas filhos/as, demanda uma mudança de paradigma em relação aos papéis sociais das crianças diante do contexto de violência. Discutir a violência contra a criança, traz que a mudança deste cenário implica diretamente a construção de uma visão de infância que considera a criança como sujeito político, portanto de

direitos. É preciso problematizar a ideia de infância, enquanto categoria social minoritária, é cercada de um discurso paternalista e patriarcal da ideologia da família que institui a criança como responsabilidade parental, desresponsabilizando toda sociedade pelo seu bem estar.

Ao olhar para o contexto atual das políticas públicas no Brasil cruzando com os dados estatísticos de crescente aumento da violência contra mulheres, percebemos que ainda precisamos de muitos esforços para a implementação de políticas públicas de combate à violência contra mulheres e crianças.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BUCCOLIERO, Elena; SOAVI, Gloria. **Proteggere i bambini dalla violenza assistita**. Vol. 1: Riconoscere le vittime. Franco Angeli, 2018.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol.2 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAERMANN, Lindamar Alves; SILVA, Fabiana Andréia. Impactos sociais na vida de crianças e de adolescentes que presenciam violência doméstica contra suas mães. **Revista Ciências Humanas** – UNITAU, v. 7, n. 2, 2014, p. 99-118.

FINCO, Daniela. Efeitos da pandemia e o aumento das desigualdades na vida das crianças: diálogos sobre violências e indiferenças. **Humanidades & Inovação**. Dossiê Educação em tempos de pandemia e outros cenários de crise I. v. 8 n. 61, 2021.

GIBIM, Ana Paula Pereira Gomes. **Famílias, relações intergeracionais e de gênero: práticas compartilhadas no cuidado e educação de crianças pequenas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

GOBBI, Márcia. Educação Infantil em tempos de pandemia: a (in)visibilidade de bebês e crianças nessa travessia. (Resistir para/com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19) **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, 2020, p. 965-970.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder. **Cadernos Pagu** (37), julho-dezembro 2011, p. 387-406.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOARES, Natália Fernandes; TOMÁS, Catarina. Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (orgs.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**, Santa Iria de Azóia, Portugal: ASA Editores S.A., 2004, p. 135-162.

VIÉGAS, Lygia de Sousa e GOLDSTEIN, Thaís Seltzer. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.